

**FÓRUM PERMANENTE PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS  
SEGMENTO CARGAS SECAS**

**ATA Nº 014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28/09/2016**

**Local:** Edifício Sede do Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios, Bloco R - Brasília - DF, 6º andar - Sala Interativa do Gabinete do Ministro.

**Início:** 14h15

**Término:** 17h00

**Coordenação:** Herbert Drummond

**Presentes:** Lista de presença anexa

**Próxima reunião:** 26 de outubro de 2016 – 14h

**AVISOS INICIAIS**

Após a apresentação de todos os membros presentes, o Coordenador informou os links <http://www.transportes.gov.br/forum-trc.html> para acesso a página do Fórum TRC, o link para assistir à reunião ao vivo (<http://vc.transportes.gov.br>) e o e-mail para dúvidas durante a reunião: [forum.duvidas@transportes.gov.br](mailto:forum.duvidas@transportes.gov.br).

**I - PAUTA**

**1 - HOMOLOGAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

A ata foi lida e aprovada sem ajustes.

**2 – EXPEDIENTES**

O Coordenador fez a leitura dos documentos recebidos e enviados pela Coordenação do Fórum. Informou que foi Enviado à ANTT, em 08/09/2016, o Ofício nº 2013/2016/SPNT/MT, que dispõe sobre a denúncia do SINDICAM-PA referente aos postos de gasolina que utilizam a carta frete como forma de pagamento.

Informou, também, o e-mail recebido da AMPEF – Associação das Administradoras de Meios de Pagamento Eletrônico de Frete, no qual solicita a participação da Associação no Fórum TRC. O Coordenador informou que não abrirá exceção para a participação de outra entidade no Fórum, considerando que as reuniões são

transmitidas via videoconferência, conforme link citado e que a composição do Fórum está completa. Dr. Drummond informou que convidará a AMPEF para apresentar suas propostas na próxima reunião do Fórum. Todos os representantes do Fórum concordaram com o convite à Associação, exceto o representante da UNICAM, José Araújo “China”.

Dando seguimento, o Coordenador registrou o recebimento, no dia 21/09/2016, do Ofício nº 0113/2016 da FETRABENS, que dispõe sobre o estudo da CCR referente aos pontos de parada e descanso na área de Arujá-SP. O Coordenador solicitou a representante da ANTT, Rosimeire Lima, que apresente na próxima reunião ordinária, a situação dos estudos e contratos de concessão dos PPD.

O Coordenador informou que o Ministério não é responsável em aprovar, mas em reconhecer os PPDs.

O Coordenador informou que foi recebido no dia 27/09, e-mail do SINDICAM-PA, com denúncia sobre contratos ilegais de prestação de serviços de transportes, realizados pela empresa Trans Kothe Transportes Rodoviários S/A. Orientou que esse tipo de denúncia deve ser enviado diretamente a ANTT.

Alziro da Mota (Autônomos) informou que conversou com a Rosemeire a respeito das denúncias que são encaminhadas à ANTT. Segundo Alziro a Agência não está autuando as denúncias que estão recebendo, voltam apenas com relatórios estatísticos.

João Paulo (ANTT) informou que as denúncias são tratadas em processos ordinários, conforme legislação própria e levantamento de informações por meio da área de fiscalização/inteligência da ANTT. Sendo aberto o contraditório para a empresa se manifestar. O denunciante, de acordo com a Lei de Acesso a Informação, poderá, a qualquer momento, ter acesso a esses documentos.

Miguel Mendes (Transportadores) informou que no dia 23/09/2016 foi realizada, em Rondonópolis, reunião com lideranças de caminhoneiros autônomos e transportadores de diversas regiões do país, para debaterem os problemas e a crise que afetam o setor de transporte e também para apresentar possíveis soluções. Por meio dessa reunião, as categorias elaboraram uma carta com reivindicações, destacando o custo mínimo de frete como tema principal.

O Coordenador informou que levará a carta de Rondonópolis pessoalmente ao Gabinete do Ministro.

Dando sequência à reunião, a respeito da isenção de cobrança do pedágio sobre os eixos suspensos de veículos de carga, o Coordenador leu trecho da NOTA n. 1627/2016/CONJUR-MT/CGU/AGU que *“manifestou-se pela inexistência de norma cogente que imponha aos Estados e Municípios a aplicação da isenção prevista pelo art. 17 da Lei nº 13.103/2015, tendo em vista que, por se tratar de uma lei federal, a aplicação limita-se ao âmbito normativo da União.”*

Luiz Antônio Fayet (Embarcadores) destacou o momento de crise que o país está vivendo, informou que o agronegócio é um dos poucos segmentos da economia que não perdeu o volume de produção e sim aumentou. O representante da CNA advertiu que o valor do pedágio não pode continuar aumentando. Apresentou o estudo que foi desenvolvido pela CNA em busca da racionalização dos pedágios, para evitar o desequilíbrio entre as rotas. Destacou pontos que devem ser adotados para chegar à equalização dos pedágios, entre eles estão à tarifa referencial padrão com valor fixo; ampliar a base de arrecadação (aumentar o número de praças de pedágios ou cobrar por KM rodado), manter rigorosa a fiscalização do volume de tráfego e das obrigações contratuais.

### **3. ORDEM DO DIA**

Alziro informou que a apresentação do GT 4, que trata da regulamentação DENATRAN/CONTRAN, será realizada na próxima reunião ordinária, em outubro.

O Coordenador informou que os grupos de trabalho do segmento Cargas Secas não enviaram os Termos de Proposições, informou, também, que enviará para o e-mail do Fórum o modelo de Termo de Proposição para que os grupos adotem um padrão. Solicitou aos GTs que enviem as proposições ao e-mail do Fórum.

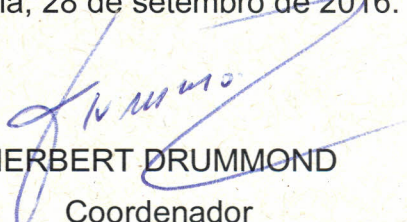
O Coordenador solicitou às categorias que indiquem seus representantes para compor a Comissão para elaborar o documento sobre a Política de Frete. Esclareceu que a Comissão poderá iniciar as reuniões de negociação, trazendo ao Fórum os resultados.

Luiz Henrique Baldez (Embarcadores) solicitou apoio ao governo, para que não seja instituído modelo de concessão em desacordo com as propostas trazidas, citou como exemplo a tarifa de pedágio, que pode se tornar uma impedância ao desenvolvimento.

O Coordenador, com relação à tarifa, informou que o Governo está buscando uma nova modelagem de licitação. Ressaltou a importância das categorias na elaboração do documento de política de frete, que será considerado como o acordo entre os setores, podendo ser usado como parâmetro para o governo.

O Coordenador apresentou um mapa com os principais investimentos em infraestrutura de transportes, a serem realizados pelo Governo Federal, por meio do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.

Brasília, 28 de setembro de 2016.



HERBERT DRUMMOND  
Coordenador